IMPOSTO DE RENDA : CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Autor(res)

Vanderlei Ferreira De Sena
Aline Rosy Condori Callisaya
Márcio Joaquim Dos Santos
Bianca Raquel Wayer Aguilar
Ana Laura Humiri

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

O Imposto de Renda é um dos mais importantes e principais tributos cobrados pelo governo federal e aplica-se sobre a renda e os proventos de contribuintes, sendo eles pessoas físicas ou jurídicas. Todos os anos, as pessoas precisam prestar contas à Receita Federal, declarando seus bens e ganhos para a Receita Federal. O entendimento adequado sobre esse tema possibilita na preservação de possíveis erros e sanções futuras na declaração. Esse imposto é fundamental, pois é através dele que o governo arrecada recursos para investir nas necessidades da população e manter seus órgãos públicos funcionando.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo apresentar os conceitos fundamentais sobre o Imposto de Renda, sua importância e as obrigações legais dos contribuintes no Brasil.

Material e Métodos

A pesquisa bibliográfica foi o método principal adotado, com a consulta de livros online, artigos e publicações no site da Receita Federal. Também implementamos os estudos que realizamos no treinamento sobre IRPF. A metodologia abordada busca explicar e analisar os elementos legais, funcionais e os diferentes aspectos do Imposto de Renda, oferecendo uma visão abrangente do assunto, promovendo uma compreensão mais detalhada sobre o funcionamento e a importância do imposto na sociedade.

Resultados e Discussão

O Imposto de Renda é regulado pela Receita Federal do Brasil, devendo ser declarado a cada ano pelas pessoas físicas que atenderem aos requisitos rígidos na lei. De acordo a Receita Federal (2024), o não cumprimento desta obrigação implica em penalidades como multas e sanções. A arrecadação dos recursos obtidos são destinados para os serviços públicos essenciais.
Conforme o artigo 1º do Regulamento do Imposto de Renda, as pessoas físicas que percebem rendimentos ou ganhos de capital estão sujeitas à tributação do Imposto de Renda, independentemente de características

pessoais como nacionalidade, sexo ou profissão (BRASIL, 1999). Harada (2014) destaca "Costuma-se definir o fato gerador como uma situação abstrata, descrita na lei, a qual, uma vez ocorrida em concreto, enseja o nascimento da obrigação tributária." reforçando que o fato gerador é o evento que reside sobre o tributo.
Vale ressaltar que o IR segue o princípio da capacidade contributiva e salienta a redução da desigualdade social por meio da redistribuição de renda.

Conclusão

O tema, "Imposto de Renda", foi escolhido por sua importância com o cumprimento das obrigações fiscais e pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre o assunto. A partir desta pesquisa bibliográfica, em artigos de sites, livros online, e o treinamento ministrado na instituição frequentada, foi possível entender melhor sobre o papel deste tributo nas receitas públicas e na busca por uma sociedade mais justa.

Referências

BRASIL. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 mar. 1999
HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.
BRASIL. Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa RFB nº 2.205, de 24 de julho de 2024. Dispõe sobre os efeitos de decisões proferidas por voto de qualidade pelo CARF. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2024.
BRASIL. Receita Federal do Brasil. Manual de Preenchimento da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal.